

Técnico do Seguro Social/INSS/CESPE/2016

No que se refere à seguridade social no Brasil, julgue os itens seguintes.

51. Na década de 30 do século passado, as caixas de aposentadoria e pensões foram reunidas nos institutos de aposentadoria e pensão, organizados pelo Estado como autarquias federais. Em 1966, esses institutos foram transformados no INPS.

Aula 01.

Com a Lei Eloy Chaves (LEC) foram criadas diversas Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAP) - uma para cada empresa. Entretanto, as CAP com poucos integrantes se mostraram inviáveis financeiramente.

*Em decorrência disso, o governo unificou as CAP em **Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAP)**, que não seriam organizadas por empresas, mas sim pela Categoria Profissional.*

Os IAP tinham natureza de autarquia e eram subordinados ao recém-criado Ministério do Trabalho (1930). Essa unificação foi lenta e durou quase três décadas, sendo o IAP dos Marítimos o primeiro a ser criado (1933) e o IAP dos Ferroviários (1960) o último.

*Em 1960, a Lei n.º 3.807 unificou toda a legislação securitária (7 IAP existentes) e ficou conhecida como Lei Orgânica da Previdência Social (**LOPS**). Os IAP continuaram existindo, mas a legislação foi unificada, o que foi um grande avanço para os trabalhadores, além da simplificação no entendimento da legislação.*

*Finalmente, em 1966, foi publicado o Decreto-Lei n.º 72 que unificava os IAP, criando o Instituto Nacional da Previdência Social (**INPS**), órgão público de natureza autárquica.*

Certo.

52. A CF define seguridade social como um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinadas a assegurar direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Aula 01

Sem dúvida alguma, que para as bancas de concursos públicos, a melhor definição de Seguridade Social é aquela presente na CF/1988, em seu Art. 194:

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à Saúde, à Previdência e à Assistência Social.

*Partindo da redação do artigo, podemos entender que a Seguridade Social é exercida pelo **Poder Público** e pela **Sociedade**.*

Em princípio, muitos podem pensar de forma errônea, que a Seguridade é um dever exclusivo do Estado.

Certo.

53. De acordo com o princípio da universalidade da seguridade social, os estrangeiros no Brasil poderão receber atendimento da seguridade social.

Aula 01

Esse princípio garante dois aspectos da Seguridade Social: universalidade da cobertura e universalidade do atendimento.

A Universalidade da Cobertura demonstra que a Seguridade Social tem como objetivo cobrir toda e qualquer necessidade de proteção social da sociedade em geral, como a velhice, a maternidade, casos de doença, invalidez e morte.

Já a Universalidade do Atendimento demonstra que a Seguridade Social tem como objetivo atender todas as pessoas, pelo menos em regra.

*Como aponta a melhor doutrina, a Universalidade de Cobertura (**aspecto objetivo**) visa cobrir todas as contingências sociais que necessitam de proteção social por parte do Estado, como a velhice, a maternidade, os acidentes e a morte. Já a Universalidade de Atendimento (**aspecto subjetivo**) diz respeito às pessoas abarcadas por essa proteção social estatal.*

Deve-se ressaltar que a Saúde é direito de todos, a Previdência é direito apenas das pessoas que contribuíram por meio das contribuições sociais, e a Assistência Social é direito de quem dela necessitar, independentemente de contribuição à Seguridade Social.

Por fim, tal princípio garante atendimento a todas as pessoas que se encontram em solo brasileiro, sejam elas brasileiras natas, brasileiras naturalizadas ou estrangeiras (como os meus pais!).

Certo.

54. A seguridade social é organizada mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do governo nos órgãos colegiados.

Aula 01

Esse princípio visa à participação da sociedade, em geral, na gestão da Seguridade Social. A gestão da Seguridade é democrática (participa quem tem interesse), descentralizada (pessoas de vários setores diferentes podem participar) e quadripartite.

*E o que isso significa ser quadripartite? Quer dizer que é obrigatória a participação de 4 classes, sendo, **trabalhadores, empregadores, aposentados e Governo**, nas instâncias gestoras da Seguridade Social, que são: Conselho Nacional da Previdência Social (**CNPS**) e Conselho de Recursos da Previdência Social (**CRPS**).*

Certo.

55. A Lei Eloy Chaves, que criou em cada uma das empresas de estradas de ferro existentes no país uma caixa de aposentadoria e pensões para os respectivos empregados, foi o primeiro ato normativo a tratar de seguridade social no Brasil.

Aula 01

No Brasil, a evolução previdenciária se deu de forma análoga à mundial: um lento processo de transformação de Estado Liberal para Estado Social. Até 1923, apenas alguns servidores públicos possuíam a proteção social, e não existia uma proteção extensiva aos trabalhadores da iniciativa privada.

*Devo ressaltar que em 1919, o Decreto-Legislativo n.º 3.724 criou o **Seguro de Acidente do Trabalho (SAT)**, mas esse benefício era privado, sendo pago pelo empregador ao trabalhador acidentado,*

sem participação do Estado. E antes disso, em 1824, a nossa Carta Magna vigente já tinha criado as Casas de Socorro Público.

*Finalmente, em 24/01/1923, surge o **marco inicial da Previdência Social no Brasil: A Lei Eloy Chaves (LEC)**. O então Deputado Federal por São Paulo, Eloy Marcondes de Miranda Chaves, a pedidos dos trabalhadores ferroviários estaduais, redigiu o Decreto Legislativo n.º 4.682, que criava para esses trabalhadores a Caixa de Aposentadoria e Pensão (CAP).*

Esse ato normativo foi inspirado em um projeto de lei argentino, com as devidas adaptações à realidade nacional da época, que dispunha sobre a criação das CAP.

A LEC previa que cada empresa de estradas de ferro no Brasil deveria criar e custear parcialmente a sua própria CAP em favor de seus trabalhadores.

Por fim, apesar da LEC ser o nosso marco previdenciário, tivemos outras normas tratando de Seguridade Social anteriormente (A CF em 1824 e o Decreto-Legislativo n.º 3.724 em 1919, por exemplo).

Errado.

Com relação ao conteúdo e à autonomia da legislação previdenciária, julgue o item abaixo.

56. Lei complementar editada pela União poderá autorizar os estados e o DF a legislar sobre questões específicas relacionadas à seguridade social.

Aula 01

*A Competência Privativa é aquela específica de um ente político, mas que admite **delegação** para outro ente político. No caso, a competência privativa foi entregue à **União**, conforme dispõe o Art. 22 da Constituição Federal de 1988.*

*Não obstante, o parágrafo único do referido Art. 22 autoriza a União, por meio de Lei Complementar, delegar aos Estados o condão (poder) de legislar sobre **questões específicas** presentes nos incisos do Art. 22.*

Vamos observar o que dispõe a Carta Magna em relação à Seguridade Social e à Previdência Social:

Art. 22. Compete **privativamente** à União legislar sobre:

XXIII - **Seguridade Social**;

Parágrafo único. Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre **questões específicas** das matérias relacionadas neste artigo.

Como podemos observar, a União é o ente político responsável por legislar privativamente sobre a Seguridade Social, lembrando que essa é composta por 3 ramos: Previdência Social, Assistência Social e Saúde.

Sendo assim, a União é responsável pelas normas básicas e pelas regras gerais da Seguridade Social em seus 3 ramos, bem como pela estrutura da Seguridade Social no país.

O parágrafo único é bem claro ao afirmar que, por meio de Lei Complementar, a União poderá autorizar os Estados a legislar **apenas** sobre questões específicas de Seguridade Social.

Para constar, o DF tem as mesmas prerrogativas dos Estados e dos Municípios. =)

Certo.

Com base no disposto na Lei n.º 8.213/1991, julgue os itens a seguir, acerca dos segurados do RGPS.

57. É considerado segurado obrigatório do RGPS na qualidade de contribuinte individual o associado eleito para cargo de direção em cooperativa, associação ou entidade de qualquer natureza, mesmo que não receba remuneração.

Aula 02

Observe a legislação vigente:

11. O associado eleito para cargo de direção em cooperativa, associação ou entidade de qualquer natureza ou finalidade, bem como o síndico ou administrador eleito para exercer atividade de direção condominial, desde que recebam remuneração.

Esse dispositivo abarca duas classes diferentes de contribuintes individuais, a saber:

- ✓ **Diretor Associado de Cooperativa ou Associação:** é aquele associado que por eleição é nomeado para cargo de diretor de sua associação ou agropecuária, **DESDE QUE RECEBA REMUNERAÇÃO.**
- ✓ **Síndico de condomínio remunerado:** esse dispositivo faz referência a uma das mais célebres figuras da vida urbana cotidiana: O síndico! RS! Quem já morou em condomínio sabe do que estou falando!

O síndico, quando **remunerado**, é classificado como **contribuinte individual**. E o síndico **não remunerado**? Esse é segurado **facultativo**. Preste atenção nessa diferença!

No entanto, enfatizo novamente a informação introduzida no início do material: a isenção da taxa de condomínio, compensada ao síndico e/ou subsíndico em exercício, configura meio de **remuneração indireta** pelo trabalho mensal, transformando-o em Contribuinte Individual. OK? Prossequimos!

Errado.

58. Síndica do condomínio predial em que resida e que receba como pró-labore a quantia equivalente a um salário mínimo será considerada segurada obrigatória do RGPS na qualidade de empregada.

Aula 02

Caso clássico! Síndico não remunerado é segurado facultativo e o síndico remunerado (de forma direta ou indireta - isenção da taxa de condomínio) é segurado contribuinte individual. =)

Errado.

59. O pescador que exerça essa atividade como principal meio de vida é considerado segurado especial mesmo que tenha empregados permanentes.

Aula 02

Por definição, o pescador artesanal e assemelhado, na condição de segurado especial, é o que faz da pesca seu principal meio de vida ou sua profissão, exercendo-a de maneira individual ou em regime de economia familiar, dentro das limitações e imposições previstas na legislação previdenciária.

*Por sua vez a legislação define que são segurados obrigatórios da previdência social classificados na qualidade de segurado especial, a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o **auxílio eventual de terceiros**.*

Errado.

60. Situação hipotética: Pedro trabalha como professor remunerado de uma escola particular e, concomitantemente, explora atividade econômica agropecuária em regime de economia familiar em uma chácara de dois módulos fiscais. Assertiva: Nessa situação, Pedro é segurado obrigatório do RGPS em relação a cada uma das atividades realizadas.

Aula 02

*No caso, devemos ter em mente que Pedro não é segurado especial em função da atividade econômica agropecuária exercida em regime de economia familiar, uma vez que ele trabalha como professor, de forma constante, superando **o limite de exercício de atividade remunerada em período não superior a 120 dias, corridos ou intercalados, no ano civil**.*

Quando se trabalha em outra atividade até 120 dias/ano, preserva-se a condição de segurado especial, quando se extrapola tal limite, classifica-se como contribuinte individual.

Por fim, obviamente, ele é segurado obrigatório do RGPS em relação a cada uma das atividades exercidas, como empregado (professor) e como contribuinte individual (atividade agropecuária).

Certo.

61. Brasileiro contratado pela Organização das Nações Unidas, da qual o Brasil faz parte como membro efetivo, é considerado segurado obrigatório do RGPS, mesmo que domiciliado e contratado no exterior, salvo se estiver coberto por regime próprio de previdência social.

Aula 02

Observe a legislação vigente:

*06. O brasileiro civil que trabalha no exterior para **organismo oficial** internacional do qual o Brasil é membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social.*

*Em regra, o brasileiro civil (não militar) que trabalhar para organismo oficial internacional (que o Brasil seja membro efetivo), residindo no país do organismo, **em regra**, será coberto por RPPS (do organismo ou de algum ente político). Caso não seja, será enquadrado como Contribuinte Individual no RGPS.*

Para visualizar melhor a condição citada, supomos que um brasileiro vá trabalhar na ONU (Organização das Nações Unidas), em Nova York (EUA) e que ele não seja coberto pelo RPPS da ONU ou de qualquer ente político.

Sabemos que o Brasil é membro da ONU, logo, o brasileiro em questão é enquadrado como Contribuinte Individual.

Certo.

62. Pastor evangélico que atue exclusivamente em sua atividade religiosa é considerado segurado facultativo do RGPS.

Aula 02

O ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa (padre, pastor, rabino, etc.) é contribuinte individual. =)

Errado.

Com relação ao segurado especial e ao segurado facultativo, julgue os próximos itens à luz do Decreto n.º 3.048/1999.

63. O recebimento de dinheiro decorrente de programa assistencial oficial do governo federal descaracteriza a condição de segurado especial.

Aula 02

*A legislação previdenciária, com intuito de proteger ainda mais o trabalhador rural, previu algumas situações em que esse trabalhador **manterá a sua condição de Segurado Especial**. Entre elas, temos a seguinte:*

*04. A participação como beneficiário ou integrante de grupo familiar que tem algum componente que seja **beneficiário de programa assistencial oficial de governo**.*

O trabalhador rural que goza de algum benefício assistencial do governo não será desenquadrado da qualidade de segurado especial.

Essa prerrogativa estende-se inclusive aos membros do grupo familiar desse trabalhador, que poderão usufruir de benefícios assistenciais oficiais.

Errado.

64. Situação hipotética: Maria, com vinte e dois anos de idade, recebe bolsa de estudos para se dedicar em tempo integral a trabalho de pesquisa, não possuindo qualquer vinculação a regime de previdência. Assertiva: Nessa situação, Maria poderá filiar-se facultativamente ao RGPS.

Aula 02

Observe a legislação vigente:

*08. O bolsista que se dedique em **tempo integral** a pesquisa, curso de especialização, pós-graduação, mestrado ou doutorado, no Brasil ou no exterior, desde que não esteja vinculado a qualquer regime de previdência social.*

*É o estudante profissional que se dedica aos estudos de **pós-graduação** (pesquisa, especialização, mestrado ou doutorado).*

*Esse indivíduo que dispense tempo integral aos estudos e não esteja vinculado a nenhum regime previdenciário (**segurado obrigatório do RGPS** ou **servidor abrangido por RPPS**), será enquadrado como **segurado facultativo**.*

Certo.

A respeito da inscrição e da filiação dos segurados obrigatórios e facultativos na forma do Decreto n.º 3.048/1999, julgue os itens a seguir.

65. Os dados constantes dos cadastros informatizados da previdência social, como o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), valem como prova da filiação à previdência social, do tempo de contribuição e dos salários de contribuição, desde que acompanhados de outras provas documentais.

Aula 09

*O CNIS é um grande banco de dados do INSS, tendo como uma de suas principais características, a **fidedignidade**. Em outras palavras, as informações do segurado, que estão presentes nessa grande base de dados tem efeito de prova, inclusive prova de salário de contribuição. Para ficar mais claro, observe o trecho extraído do site do Ministério do Trabalho e da Previdência Social (MTPS):*

*De acordo com o Decreto n.º 6.722/2008, que alterou o Decreto n.º 3.048/1999 (RPS), os dados constantes no **CNIS** valem para todos os efeitos como prova de filiação à Previdência Social, relação de emprego, tempo de serviço ou de contribuição e **salários de contribuição**, podendo, em caso de dúvida, ser exigida pelo INSS a apresentação dos documentos que serviram de base à anotação. Da mesma forma, o segurado poderá solicitar, a qualquer momento, a inclusão, exclusão ou retificação das informações constantes do CNIS com a apresentação de documentos comprobatórios dos dados divergentes, conforme critérios definidos pelo INSS.*

Lembre-se, o CNIS tem fidedignidade e efeito de prova. =)

Observe que em princípio, não há necessidade de apresentação de prova documental. Ela pode ser exigida posteriormente pelo INSS.

Errado.

66. A filiação do segurado obrigatório ao RGPS decorre automaticamente do exercício da atividade remunerada.

Aula 07

*A filiação decorre **automaticamente** do início da atividade laboral remunerada para os trabalhadores em geral, ou seja, para os segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) - CADES F.*

*Em suma, para os trabalhadores supracitados, **a filiação não depende de um ato formal** praticado entre o segurado e a autarquia previdenciária (Instituto Nacional do Seguro Social – INSS), ou seja, estamos diante do **Princípio da Automaticidade da Filiação**, uma vez que essa independe da vontade do segurado.*

Certo.

67. Desde que presentes os demais pressupostos da filiação, admite-se a inscrição post mortem do segurado especial.

Aula 07

*Presentes os pressupostos da filiação, admite-se a **inscrição "post mortem"** do segurado especial, obedecidas as condições para sua caracterização. **O segurado especial é a única espécie de segurado em que é admitida a inscrição do segurado já falecido**, sendo que tal inscrição será solicitada por meio de requerimento pelo dependente ou representante legal, com a devida comprovação da atividade alegada.*

*Em uma análise mais prática, é correto afirmar que existe a possibilidade de realizar a inscrição de um segurado que trabalhou 30 anos na roça e morreu sem ter se inscrito no RGPS. **É mais uma benesse previdenciária aos sofridos trabalhadores rurais.***

Certo.

68. A filiação ao RGPS na qualidade de segurado facultativo pode retroagir, permitindo-se o recolhimento das contribuições relativas a competências anteriores à data da inscrição.

Aula 07

*A filiação decorre automaticamente do exercício de atividade remunerada para os segurados obrigatórios (CADES). Já para os segurados **facultativos**, a **filiação é ato volitivo** (que exige vontade) e somente se concretiza após a inscrição e o recolhimento da 1.^a contribuição, não podendo as contribuições retroagir a período anterior a sua inscrição.*

Errado.

Julgue os itens seguintes à luz do Decreto n.º 3.048/1999 e da CF.

69. Situação hipotética: João exerce atividade econômica com finalidade lucrativa na sua própria residência. Recentemente, ele contratou Maria para fazer a limpeza de sua residência, de forma habitual e remunerada, e, inclusive, atender clientes. Assertiva: Nessa situação, João será considerado empregador doméstico com relação aos serviços prestados por Maria.

Aula 02

A legislação previdenciária delimita da seguinte forma esse enquadramento:

*Pessoa física que presta serviço de natureza **contínua**, mediante remuneração, a pessoa ou família, no **âmbito residencial** desta, em **atividade sem fins lucrativos**.*

Por sua vez, a Lei das Empregadas (Lei Complementar n.º 150/2015) também traz um conceito muito próximo, a saber:

*Art. 1.º Ao empregado doméstico, assim considerado aquele que presta serviços de forma **contínua**, subordinada, onerosa e pessoal e de **finalidade não lucrativa** à pessoa ou à família, no **âmbito residencial** destas, **por mais de 2 dias por semana**, aplica-se o disposto nesta Lei.*

Um exemplo clássico é a empregada doméstica, mas não é o único caso. Imagine um rico fazendeiro que contrata um motorista para ficar à disposição de sua esposa e filhos para levá-los à cidade.

Por seu turno, não pode existir a finalidade lucrativa! Uma situação é pedir para a sua doméstica preparar coxinhas para o café da tarde da família (sem finalidade lucrativa), outra situação é preparar coxinhas para revenda (com finalidade lucrativa). =)

Errado.

70. Equiparar-se-á a empresa, para os fins do RGPS, a pessoa física que, para fazer uma reforma na própria casa, contratar um mestre de obras e um ajudante.

Aula 02

*Para a legislação previdenciária, **equiparam-se a empresa**, para efeitos previdenciários:*

*04. O proprietário do imóvel, o incorporador ou o dono de obra de construção civil, quando **pessoa física**, em relação a segurado que lhe presta serviços.*

A pessoa física que realiza atividade de construção civil é equiparada a empresa em relação aos seus empregados (mestre de obras, pedreiros, serventes, encanadores, eletricitas, azulejistas, etc.).

Certo.

71. O indivíduo que, não sendo detentor de cargo efetivo, for nomeado para um cargo em comissão no âmbito da União não será segurado obrigatório do RGPS.

Aula 02

Observe a legislação previdenciária:

09. O servidor da União, Estado, Distrito Federal ou Município, incluídas suas autarquias e fundações, ocupante,

exclusivamente, de **cargo em comissão** declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

Esse enquadramento é direcionado aos cargos comissionados dos entes políticos, de livre nomeação e livre exoneração, ou como tratamos no Direito Administrativo, os chamados cargos "ad nutum".

*Quando, por exemplo, um prefeito nomeia o irmão não servidor para cargo em comissão, e este exercerá **exclusivamente** o cargo comissionado, a Previdência o enquadrará como segurado **empregado**.*

*A legislação previdenciária estende esse enquadramento ao ocupante de cargo de **Ministro** de Estado, de **Secretário** Estadual, Distrital ou Municipal, **sem vínculo efetivo** com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, ainda que em regime especial, e fundações.*

Errado.

Com relação ao financiamento da seguridade social, julgue os seguintes itens.

72. Além da contribuição proveniente de empregados e empregadores, são fontes de custeio da seguridade social, de forma direta e indireta, os recursos oriundos dos orçamentos da União, dos estados, do DF e dos municípios.

Aula 03

Afinal de contas, a Seguridade deve ser custeada de alguma maneira. Como ocorre esse financiamento? Essa definição se encontra presente no Regulamento da Previdência Social:

*Art. 194. A Seguridade Social é financiada por **toda a sociedade**, de forma **direta** (contribuições sociais) e **indireta**, mediante **recursos** provenientes dos **orçamentos** da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de **contribuições sociais**.*

O dispositivo supracitado é claro e define, em outras palavras, que a Seguridade Social será financiada:

- ✓ De **forma direta pela sociedade**, por meio das **contribuições sociais** devidas pelas empresas, pelos empregadores, pelos

trabalhadores, as incidentes sobre os concursos de prognósticos e sobre a importação de bens ou serviços do exterior, entre outras, ou;

- ✓ De forma indireta pelo governo, com a utilização de **recursos orçamentários** da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Essa questão cabe recurso, uma vez que os recursos orçamentários são apenas fontes indiretas de financiamento. Logo, o gabarito correto seria ERRADO.

Certo.

73. Em caso de eventuais insuficiências financeiras decorrentes do pagamento de benefícios de prestação continuada, a previdência social poderá elevar alíquotas das contribuições sociais de empregados e empregadores até o limite do débito apurado.

Aula 03

Observe o que traz o Regulamento da Previdência Social de 1999 (Decreto n.º 3.048/1999):

A **União** é responsável pela **cobertura de eventuais insuficiências financeiras da seguridade social**, quando decorrentes do pagamento de benefícios de prestação continuada da previdência social, na forma da Lei Orçamentária Anual (LOA).

A União faz às vezes do **fiador** da Seguridade Social! Você conhece o fiador do contrato de locação? Aquele pobre coitado que paga o aluguel quando o locatário dá o calote no locador! RS!

Aqui é quase a mesma coisa! Porém, a **União só vai cobrir essa insuficiência se ela for decorrente do pagamento de benefícios de prestação continuada da Previdência Social** (Atenção: Previdência Social é diferente de Assistência Social, ok?!).

Como pode ser observado, a cobertura de insuficiências não dá o direito de o Governo elevar as alíquotas das contribuições sociais! Não existe essa previsão legal!

Errado.

Julgue os próximos itens, relativos às contribuições dos segurados empregados, dos empregados domésticos e dos segurados facultativos.

74. A alíquota de contribuição do empregado doméstico para o custeio da seguridade social é inferior à alíquota aplicável aos demais empregados.

Aula 03

Os empregados, os avulsos e os domésticos contribuem com 8%, 9% ou 11%, a depender do salário de contribuição apurado no mês. =)

Errado.

75. A alíquota de contribuição, para custeio da seguridade social, dos segurados facultativos e dos segurados empregados é a mesma e varia segundo o salário de contribuição.

Aula 03

Os segurados facultativos contribuem, em regra, com 20% x SC. Por sua vez, os empregados contribuem com 8%, 9% ou 11% sobre o seu salário de contribuição. Logo, as alíquotas são distintas.

Errado.

No que se refere à contribuição de empresas e empregadores domésticos para o financiamento da seguridade social, julgue os itens subsequentes.

76. A contribuição empresarial de associação desportiva que mantenha equipe de futebol profissional distingue-se da contribuição exigida de outras empresas.

Aula 03

A contribuição empresarial da associação desportiva que mantém equipe de futebol profissional destinada à Seguridade Social, em substituição à cota patronal (20%, em regra), corresponde a 5% da receita bruta, decorrente dos espetáculos desportivos de que participem em todo território nacional em qualquer modalidade desportiva, inclusive jogos internacionais, e de qualquer forma de

patrocínio, licenciamento de uso de marcas e símbolos, publicidade, propaganda e de transmissão de espetáculos desportivos.

Certo.

77. A contribuição do empregador doméstico é de 20% e incide sobre o salário mínimo.

Aula 03

Atualmente, desde a Lei Complementar n.º 150/2015, não resta dúvida! A contribuição do empregador doméstico (cota patronal) é de 8,0% + 0,8% de contribuição para o financiamento do seguro contra acidentes do trabalho (SAT, que em última análise é o conhecido GILRAT).

Errado.

A respeito do custeio da seguridade social, julgue os itens que se seguem.

78. Para efeito de custeio dos benefícios da aposentadoria especial e dos concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho, as alíquotas aplicadas incidem exclusivamente sobre a remuneração do segurado sujeito a condições especiais que lhe prejudiquem a saúde ou a integridade física.

Aula 03

Em princípio, quando analisei a prova, no dia em que ela foi aplicada, no saudoso domingo de 15/05/2016, em Brasília/DF, considerei o gabarito como "Certo" por trazer a literalidade do Art. 202 do Decreto n.º 3.048/1999. Se eu estivesse fazendo a prova, marcaria "Certo" sem pestanejar!

Entretanto, analisando com um pouco mais de critério e calma, observo que a questão não foi clara! Não sei se está falando da contribuição de GILRAT (1%, 2% ou 3%) ou da contribuição de adicional GILRAT (6%, 9% ou 12%), uma vez que o examinador emendou a redação do caput do Art. 202 com o § 2.º do mesmo artigo do Decreto n.º 3.048/1999.

Observe:

Art. 202. A contribuição da empresa, destinada ao financiamento da aposentadoria especial e dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho corresponde à aplicação dos seguintes percentuais, incidentes sobre o total da remuneração paga, devida ou creditada a qualquer título, no decorrer do mês, ao segurado empregado e trabalhador avulso:

I – 1% para a empresa em cuja atividade preponderante o risco de acidente do trabalho seja considerado leve;

II – 2% para a empresa em cuja atividade preponderante o risco de acidente do trabalho seja considerado médio, ou;

III – 3% para a empresa em cuja atividade preponderante o risco de acidente do trabalho seja considerado grave.

§ 1.º As alíquotas constantes do caput serão acrescidas de 12, 9 ou 6 pontos percentuais, respectivamente, se a atividade exercida pelo segurado a serviço da empresa ensejar a concessão de aposentadoria especial após 15, 20 ou 25 anos de contribuição.

§ 2.º O acréscimo de que trata o parágrafo anterior incide EXCLUSIVAMENTE sobre a remuneração do segurado sujeito às condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

Diante de tal impropriedade, voto pela anulação dessa questão!

Certo.

79. Parte dos valores arrecadados com concurso de prognósticos promovidos por órgãos do poder público ou por sociedades comerciais ou civis dentro do território nacional é destinada ao custeio da seguridade social.

Aula 03

*Esse é o concurso mais fácil de fazer e o mais difícil de passar!
RS! Mas afinal, qual a definição legal de Concurso de Prognóstico?*

Consideram-se concurso de prognósticos todo e qualquer concurso de sorteio de números ou quaisquer outros símbolos, loterias e apostas de qualquer natureza no âmbito federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, promovidos por órgãos do Poder Público ou por sociedades comerciais ou civis.

A legislação define que a renda líquida dos concursos de prognósticos, **exceto** os valores destinados ao Programa de Crédito Educativo, são **receitas da Seguridade Social**.

E como são constituídas essas receitas? Através de 3 contribuições distintas:

a) **100,0%** da Renda Líquida dos concursos de prognósticos realizados pelos órgãos do Poder Público. Sendo que esse valor é destinado à Seguridade Social da respectiva esfera de governo (federal, estadual, distrital ou municipal). E o que vem a ser Renda Líquida? É o total da arrecadação, **deduzidos** os valores destinados ao pagamento de **prêmios**, de **impostos** e de **despesas com administração**;

b) **5,0%** sobre o movimento global de apostas em **prado de corridas**, sendo que esse movimento equivale ao total das importâncias relativas às várias modalidades de jogos, inclusive o de acumulada, apregoadas para o público no prado de corrida, subsede ou outra dependência da entidade, e;

c) **5,0%** sobre o movimento global de **sorteio de números ou de quaisquer modalidades de símbolos**, sendo que esse movimento equivale ao total da receita bruta, apurada com a venda de cartelas, cartões ou quaisquer outras modalidades, para sorteio realizado em qualquer condição. (Exemplos: Tele-Sena; antigo Papa-tudo; Bingo da Sorte, entre outros Brasil a fora!)

Certo.

80. Constitui fonte de receita da seguridade social um percentual incidente sobre os valores arrecadados com os resultados dos leilões de bens apreendidos pela Receita Federal do Brasil.

Aula 03

Observe o disposto na legislação previdenciária sobre outras receitas da seguridade social. =)

Constituem outras receitas da seguridade social:

1. As multas, a atualização monetária e os juros moratórios.
2. A remuneração recebida pela prestação de serviços de arrecadação, fiscalização e cobrança prestados a terceiros.
3. As receitas provenientes de prestação de outros serviços e de fornecimento ou arrendamento de bens.
4. As demais receitas patrimoniais, industriais e financeiras.
5. As doações, legados, subvenções e outras receitas eventuais.
6. **50,0%** da receita obtida na forma do Art. 243, parágrafo único da CF/1988, repassados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) aos órgãos responsáveis pelas ações de proteção à saúde e a ser aplicada no tratamento e **recuperação de viciados em entorpecentes e drogas afins**. Observe a redação atual, dada pela Emenda Constitucional n.º 81/2014:

CF/1988, Art. 243, parágrafo único. Todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do **tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins** e da **exploração de trabalho escravo** será confiscado e reverterá a fundo especial com destinação específica, na forma da lei.

7. **40,0%** do resultado dos **leilões dos bens** apreendidos pela Secretaria da **Receita Federal do Brasil**.
8. Outras receitas previstas em legislação específica.
9. As **companhias seguradoras** que mantém seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres (DPVAT), de que trata a Lei n.º 6.194/1974 (Lei do DPVAT), deverão repassar à Seguridade Social **50,0%** do valor **total do prêmio recolhido**, destinados ao Sistema Único de Saúde (**SUS**), para custeio da assistência médico-hospitalar dos segurados vitimados em acidentes de trânsito.

Certo.

Em cada um dos próximos itens, é apresentada uma situação hipotética acerca de salário de contribuição, seguida de uma assertiva a ser julgada.

81. O contrato de trabalho de Carlos, empregado da empresa L & M Ltda., foi rescindido antes que ele pudesse usufruir de férias vencidas. Nessa situação, haverá a incidência de contribuição previdenciária sobre a importância paga a título de indenização das férias vencidas e sobre o respectivo adicional constitucional.

Aula 04

Observe a legislação previdenciária sobre o tema:

04. As importâncias recebidas a título de **férias indenizadas** e do **respectivo adicional constitucional**, inclusive o valor correspondente à **dobra da remuneração de férias**, no caso de as férias serem concedidas **após o fim do período concessivo**, conforme dispõe o Art. 137 da CLT/1943.

O dispositivo legal trata de duas verbas: **Férias Indenizadas (Férias Vencidas)** e **Dobra das Férias**.

As **Férias indenizadas** são aquelas devidas ao trabalhador no momento da rescisão contratual, ou seja, ele está se desligando da empresa, mas não gozou as férias das quais tinha direito. Diante de tal situação, ele tem direito a receber essas férias em dinheiro e seu respectivo adicional constitucional de 1/3 (33%), como forma de indenização.

Ainda sobre rescisão contratual, considero importante ressaltar que o **Saldo de Salário** tem natureza de remuneração, ou seja, é tratado como salário. Logo, sobre essa verba, incide salário de contribuição.

Por sua vez, a **Dobra de Férias** acontece quando o empregador não concedeu o gozo de férias ao trabalhador durante o seu período concessivo. Nesse caso, o empregador pagará as férias em dobro.

Para ficar claro, a legislação do trabalho define que **período aquisitivo** é o período de 12 meses em que o trabalhador fica em exercício para adquirir o direito às férias, e **período concessivo**, são

os 12 meses subsequentes ao período aquisitivo em que o empregador deverá conceder o gozo das férias ao seu trabalhador.

No ano de 2015, o STJ, por meio do Resp n.º 1.517.633-PR, pacificou que "o pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do Art. 148 da CLT, e, portanto, integra a base de cálculo da contribuição previdenciária".

Em síntese, as férias indenizadas e a dobra das férias não são parcelas integrantes do SC, ao contrário das férias gozadas, que são parcelas integrantes e, por consequência, sofrem a incidência das contribuições sociais. Esquematizando:

Férias Gozadas	
Legislação:	É SC!
Jurisprudência do STJ:	É SC!

Férias Gozadas

É SC (Leg.)

Férias Gozadas

É SC! (STJ)

Férias Indenizadas

Não é SC!

Dobra das Férias

Não é SC!

Errado.

82. Bruna, empregada da empresa Vargas & Vargas Cia. Ltda., entrou em gozo de licença maternidade. Nessa situação, haverá incidência da contribuição previdenciária sobre o valor recebido por Bruna a título de salário maternidade.

Aula 04

O Salário Maternidade é o único benefício previdenciário considerado SC. O Salário Maternidade é devido às seguradas empregadas (E), trabalhadoras avulsas (A), empregadas domésticas (D), contribuintes individuais (C), facultativas (F) e seguradas especiais (E), por ocasião do parto, inclusive o natimorto, aborto não criminoso, adoção ou guarda judicial para fins de adoção.

Certo.

83. Gustavo inscreveu-se na previdência social na condição de segurado facultativo. Nessa situação, o salário de contribuição de Gustavo deverá variar entre um salário mínimo e o teto máximo fixado em portaria interministerial.

Aula 04

O facultativo é o cidadão que não trabalha e quer participar do RGPS, logo, cabe a ele escolher o seu salário de contribuição, respeitando os seguintes limites: mínimo (salário mínimo vigente) e máximo (teto do RGPS, revisado anualmente por meio de Portaria Interministerial MF-MPS).

Certo.

84. Zilda mantém vínculo empregatício com a empresa Y e com a empresa Z, das quais recebe remuneração mensal equivalente a dois e três salários mínimos, respectivamente. Nessa situação, a contribuição previdenciária de Zilda deverá incidir sobre os valores recebidos de ambos os empregos.

Aula 04

*Para o Empregado (E) e o Trabalhador Avulso (A), o SC é a remuneração auferida **em uma ou mais empresas**, assim entendida a totalidade dos rendimentos pagos, devidos ou creditados a qualquer título, durante o mês, destinados a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, o valor da compensação pecuniária a ser paga no âmbito do Programa de Proteção ao Emprego (PPE) – Lei n.º 13.189/2015, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços, nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa, observado os limites mínimo (piso salarial da categoria ou, na falta desse, o salário mínimo) e máximo (teto do RGPS – atualmente em R\$ 5.189,82) previstos na legislação.*

Sendo assim, o trabalhador tem que contribuir sobre a soma dos salários recebidos mensalmente em todos os seus empregos, sempre respeitando o teto do RGPS (R\$ 5.189,82). No caso, Zilda recebia 5 salários mínimos no total (5 x R\$ 880,00 = R\$ 4.400,00),

logo, estava abaixo do teto e deve contribuir sobre todos os valores recebidos.

Certo.

Com referência a arrecadação e recolhimento das contribuições destinadas à seguridade social, julgue os itens que se seguem.

85. Compete à Receita Federal do Brasil arrecadar e fiscalizar o recolhimento das contribuições sociais previstas na CF.

Aula 03

Atualmente não resta dúvida! Toda a parte de custeio está na Receita Federal do Brasil (RFB) e toda a parte de benefícios está no INSS.

Certo.

86. As empresas são obrigadas a arrecadar a contribuição do segurado contribuinte individual a seu serviço, descontando-a da respectiva remuneração.

Aula 05

A arrecadação e o recolhimento das contribuições e de outras importâncias devidas à Seguridade Social, observado o que a respeito dispuserem o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), obedecem às normas gerais do Regulamento da Previdência Social (RPS/1999).

Por sua vez, a empresa é obrigada a arrecadar a contribuição do segurado Empregado (E), do Trabalhador Avulso (A) e do Contribuinte Individual (C) a seu serviço, descontando-a da respectiva remuneração.

Certo.

87. A isenção de contribuição previdenciária concedida às pessoas jurídicas de direito privado estende-se aos seus empregados e aos trabalhadores avulsos a seu serviço.

Aula 05

*A isenção de contribuição previdenciária dada a uma empresa (pessoa jurídica) abrange somente as contribuições desta (cota patronal sobre folhas, etc.), **não se estendendo** as contribuições sobre a remuneração dos seus empregados e trabalhadores avulso*

Errado.

A respeito do recolhimento de contribuição previdenciária fora do prazo, julgue os itens subsequentes.

88. As contribuições sociais incluídas ou não em notificação fiscal de lançamento ou inscritas em dívida ativa que forem pagas com atraso estarão sujeitas a atualização monetária, juros de mora e multa, a qual varia entre 8% e 20% sobre o crédito devido.

Aula 05

A multa de mora não varia de 8% e 20%! A multa de mora equivale 0,33% ao dia com limite máximo de 20%. Observe:

Multa de Mora:	0,33% a.d.	Máximo 20,0%
Juros de Mora:	<i>Mês de Vencimento:</i>	ZERO
	<i>Meses Intermediários:</i>	Taxa SELIC
	<i>Mês de Pagamento:</i>	1,0%

Errado.

89. As contribuições devidas à seguridade social já descontadas dos segurados empregados e não recolhidas até seu vencimento poderão ser objeto de acordo para pagamento parcelado.

Aula 05

*Atualmente, os débitos de qualquer natureza para com a Fazenda Nacional poderão ser parcelados em até **60 parcelas mensais**, a exclusivo critério da autoridade fazendária, na forma e condições previstas na Lei n.º 10.522/2002.*

O parcelamento, conforme dispõe a lei em comento, terá sua formalização condicionada ao **prévio pagamento da primeira prestação**, conforme o montante do débito e o prazo solicitado, sendo que o **valor mínimo** de cada prestação será fixado em ato conjunto do Secretário da Receita Federal do Brasil e do Procurador Geral da Fazenda Nacional.

No caso específico de débito já inscrito em Dívida Ativa, a concessão do parcelamento também fica condicionada à apresentação de **garantia do valor real** pelo devedor, inclusive por meio de fiança bancária, idônea e suficiente para o pagamento do débito.

O pedido de parcelamento **deferido** constitui **confissão de dívida** e instrumento hábil e suficiente para a exigência do crédito tributário, podendo a exatidão dos valores parcelados ser objeto de verificação.

Por sua vez, a empresa que retém (desconta) a contribuição devida por seu empregado e não repassa para a RFB não tem por que solicitar parcelamento desses valores retidos.

Observe o Decreto n.º 3.048/1999:

Art. 244. § 1.º NÃO PODERÃO ser objeto de parcelamento as contribuições descontadas dos segurados empregado, inclusive o doméstico, trabalhador avulso e contribuinte individual.

Por seu turno, temos que ter em mente que o tema Parcelamento não está no edital de Técnico, logo, cabe recurso pela anulação desta questão.

Errado.

Maria, proprietária de uma sorveteria situada em uma cidade litorânea, adquiriu, de forma financiada, dois novos freezers para seu estabelecimento comercial. Em razão do período de baixa temporada, ocorreu considerável queda nas vendas da sorveteria, e o seu faturamento tornou-se insuficiente para arcar com todas as despesas. Diante dessa situação e visando honrar com o pagamento das prestações dos freezers, Maria deixou de repassar à previdência social as contribuições previdenciárias recolhidas dos cinco funcionários do estabelecimento, no prazo e na forma legal, tendo incorrido em crime contra seguridade social.

Tendo como referência essa situação hipotética e com base nas disposições legais a respeito dos crimes contra a seguridade social, julgue os próximos itens.

90. A conduta de Maria configura crime de apropriação indébita previdenciária, para o qual a pena prevista é reclusão e multa.

Aula 06

O crime de apropriação indébita previdenciária é aquele que ocorre quando a empresa deixar de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e forma legal ou convencional. Por seu turno, a pena será de reclusão, de 2 a 5 anos, e multa (Código Penal, Art. 168-A).

Certo.

91. Iniciada ação fiscal em desfavor de Maria, o juiz responsável pelo processo não poderá deixar de aplicar pena, ainda que Maria efetue os pagamentos devidos, seja ré primária e goze de bons antecedentes.

Aula 06

*No Direito Penal é muito comum a existência dos agravantes e dos atenuantes. No caso do crime de apropriação indébita previdenciária, é aplicado o seguinte atenuante: **é facultado ao Juiz deixar de aplicar a pena ou aplicar somente a de multa se o agente for primário e de bons antecedentes**, desde que:*

- 1. **TENHA PROMOVIDO**, após o início da ação fiscal (TIAF) e antes de oferecida a denúncia, **O PAGAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PREVIDENCIÁRIA**, inclusive acessórios, OU;*
- 2. O valor das contribuições devidas, inclusive acessórios, seja igual ou inferior àquele estabelecido pela previdência social, administrativamente, como sendo o mínimo para o ajuizamento de suas execuções fiscais (R\$ 20.000,00).*

Errado.

Mateus requereu ao órgão regional do INSS a conversão de auxílio-doença em aposentadoria por invalidez. O INSS indeferiu o pedido de Mateus por considerar que a doença que o acometera era curável, e que, por isso, ele era suscetível de reabilitação.

Acerca dessa situação hipotética e dos recursos nos processos administrativos de competência do INSS, julgue os itens que se seguem.

92. Contra a decisão do INSS pelo indeferimento, Mateus poderá interpor recurso administrativo, que será julgado, em primeira instância, pela Câmara de Julgamento da Previdência Social.

Aula 09

As decisões do INSS serão julgadas em primeira instância pelas Juntas de Recursos e em segunda instância pelas Câmaras de Julgamento.

Observe o Decreto n.º 3.048/1999:

Art. 303. O Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS), colegiado integrante da estrutura do Ministério da Previdência Social, é órgão de controle jurisdicional das decisões do INSS, nos processos referentes a benefícios a cargo desta Autarquia.

§1.º O Conselho de Recursos da Previdência Social compreende os seguintes órgãos:

*I – 29 **Juntas de Recursos**, com a competência para julgar, em **primeira instância**, os recursos interpostos contra as decisões prolatadas pelos órgãos regionais do INSS, em matéria de interesse de seus beneficiários;*

*II – 4 **Câmaras de Julgamento**, com sede em Brasília, com a competência para julgar, em **segunda instância**, os recursos interpostos contra as decisões proferidas pelas Juntas de Recursos que infringirem lei, regulamento, enunciado ou ato normativo ministerial;*

(...)

*IV – **Conselho Pleno**, com a competência para **uniformizar a jurisprudência previdenciária mediante enunciados**,*

podendo ter outras competências definidas no Regimento Interno do Conselho de Recursos da Previdência Social.

Errado.

93. Caso seja interposto recurso contra a decisão que indeferiu o pedido de Mateus, o órgão regional do INSS que proferiu a decisão não poderá reformá-la, devendo encaminhar o recurso à instância competente.

Aula 09

*O INSS pode reformar suas decisões, **deixando**, no caso de reforma favorável ao interessado, de encaminhar o recurso à instância competente.*

Errado.

Com relação a contribuições sociais dos segurados e(ou) a decadência e prescrição relativamente a benefícios previdenciários, cada um dos próximos itens apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

94. Ronaldo, segurado contribuinte individual da previdência social, optou pela contribuição de alíquota reduzida, de 11%, que exclui o direito ao benefício de aposentadoria por tempo de contribuição. Nessa situação, caso pretenda obter aposentadoria por tempo de contribuição, Ronaldo poderá fazer a complementação da diferença entre o percentual pago e o percentual devido, acrescida de juros moratórios.

Aula 03

*O segurado que tenha contribuído com alíquota reduzida e pretenda contar o tempo de contribuição correspondente para fins de obtenção da aposentadoria por tempo de contribuição ou da contagem recíproca do tempo de contribuição deverá **COMPLEMENTAR** a contribuição mensal mediante recolhimento da diferença entre o percentual pago e o percentual devido (20%), acrescido dos juros moratórios.*

Certo.

95. Dagoberto obteve aposentadoria por tempo de contribuição concedida pelo INSS em junho de 2012. Entretanto, o INSS não efetuou o pagamento do abono anual proporcional do ano de 2012 nem o do ano de 2013. Nessa situação, atualmente, Dagoberto não mais tem direito a exigir o pagamento dos abonos anuais referentes aos anos de 2012 e 2013, visto que está prescrito o direito ao recebimento das referidas prestações.

Aula 09

É de 10 anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo.

		Prazo:	
		Decadencial:	Prescricional:
Benefícios	<i>Revisão de Benefícios:</i>	10 anos	-
	<i>Cobrança de valores devidos pelo INSS:</i>	-	5 anos
	<i>Anulação de atos favoráveis ao segurado:</i>	10 anos	-
Custeio	<i>Constituição da Contribuição Social:</i>	5 anos	-
	<i>Cobrança da Contribuição Social:</i>	-	5 anos

Errado.

Julgue os itens seguintes à luz do Decreto n.º 6.214/2007, que regulamenta o BPC da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso.

96. É permitido ao beneficiário do BPC acumular o recebimento desse benefício com o do seguro desemprego.

Aula de Assistência Social

A questão foi blindada! Solicitou o disposto no Decreto n.º 6.214/2007 de forma literal, como foi apresentado na teoria, a saber:

Art. 5.º O beneficiário **não pode acumular** o Benefício de Prestação Continuada (BPC) com qualquer outro benefício no âmbito da Seguridade Social ou de outro regime, inclusive o Seguro Desemprego, ressalvados o de assistência médica e a pensão

especial de natureza indenizatória, bem como a remuneração advinda de contrato de aprendizagem no caso da pessoa com deficiência, observado o disposto no inciso VI do caput e no § 2.º do Art. 4.º.

Errado.

97. O BPC do idoso que se encontre na condição de acolhimento de longa permanência em hospital será suspenso até a data da sua alta.

Aula de Assistência Social

Conforme determina o Decreto n.º 6.214/2007:

*Art. 6.º A condição de acolhimento em instituições de longa permanência, como abrigo, hospital ou instituição congênere **não prejudica** o direito do idoso ou da pessoa com deficiência ao Benefício de Prestação Continuada (BPC).*

Com isso, a condição de acolhimento não interfere em nada no recebimento do BPC.

Errado.

98. A idade mínima para que um indivíduo passe a ter direito ao BPC do idoso é de sessenta anos.

Aula de Assistência Social

Conforme dispõe o Decreto n.º 6.214/2007:

*Art. 1.º O **Benefício de Prestação Continuada (BPC)** previsto na Lei n.º 8.742/1993 (LOAS), é a garantia de **um salário mínimo mensal** à pessoa com **deficiência** e ao **idoso**, com idade de **65 anos ou mais**, que comprovem **não possuir** meios para prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.*

As bancas tentam confundir a idade de 65 anos para o idoso da LOAS e do Decreto supracitado com a idade de 60 anos para o idoso conforme definida no Estatuto do Idoso. Muita atenção com isso! =)

Errado.

99. No caso de morte do beneficiário do BPC, seus familiares são obrigados a informar tal fato ao INSS, situação em que o pagamento do benefício cessará.

Aula de Assistência Social

Questão blindada e em conformidade com o Decreto n.º 6.214/2007 que assim define:

Art. 48. O pagamento do benefício **cessa**:

I - No momento em que forem superadas as condições que lhe deram origem;

II - Em caso de morte do beneficiário;

III - Em caso de morte presumida ou de ausência do beneficiário, declarada em juízo, ou;

IV - Em caso de constatação de irregularidade na sua concessão ou manutenção.

Parágrafo Único. O beneficiário ou seus familiares são obrigados a informar ao INSS a ocorrência das situações descritas nos incisos I a III do caput.

Certo.

100. Um dos critérios para o idoso habilitar-se à concessão do BPC é não possuir outro benefício da seguridade social, excetuados o de assistência médica e a pensão especial de natureza indenizatória.

Aula de Assistência Social

Realmente, o BPC não pode ser acumulado com outros benefícios da seguridade social, exceto o de assistência médica e a pensão especial de natureza indenizatória. Observe o Decreto n.º 6.214/2007:

Art. 5.º O beneficiário **não pode acumular** o Benefício de Prestação Continuada (BPC) com qualquer outro benefício no âmbito da Seguridade Social ou de outro regime, inclusive o Seguro Desemprego, ressalvados o de assistência médica e a pensão

especial de natureza indenizatória, bem como a remuneração advinda de contrato de aprendizagem no caso da pessoa com deficiência, observado o disposto no inciso VI do caput e no § 2.º do Art. 4.º.

Certo.

101. O valor a ser pago ao beneficiário do BPC é de um salário mínimo mensal.

Aula de Assistência Social

Realmente, o BPC tem o valor de um salário mínimo vigente! Observe o disposto no Decreto n.º 6.214/2007:

*Art. 1.º O **Benefício de Prestação Continuada (BPC)** previsto na Lei n.º 8.742/1993 (LOAS), é a garantia de **um salário mínimo mensal** à pessoa com **deficiência** e ao **idoso**, com idade de **65 anos ou mais**, que comprovem **não possuir** meios para prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.*

Certo.

Julgue os próximos itens com base na Lei n.º 8.742/1993, que dispõe sobre a organização da assistência social.

102. O centro de referência especializado de assistência social (CREAS) constitui unidade que presta serviços a indivíduos e famílias que se encontrem em situação de risco pessoal ou social decorrente de violação de direitos.

Aula de Assistência Social

*As proteções sociais, básica e especial, serão ofertadas precipuamente no **Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)** e no **Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)**, respectivamente, e pelas Entidades e Organizações de Assistência Social (**EOAS**), que não apresentam fins lucrativos. Mas professor, qual a diferença entre CRAS e CREAS? A própria lei define:*

CRAS é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias.

CREAS é a unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial.

Devo ressaltar que o CRAS e o CREAS são unidades públicas estatais instituídas no âmbito do SUAS, que possuem interface com as demais políticas públicas, e articulam, coordenam e ofertam os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social.

As instalações dos CRAS e dos CREAS devem ser compatíveis com os serviços neles ofertados, com espaços para trabalhos em grupo e ambientes específicos para recepção e atendimento reservados às famílias e aos indivíduos, assegurada a acessibilidade às pessoas idosas e com deficiência.

Certo.

103. A política de assistência social tem como objetivos, entre outros, a promoção da integração do cidadão ao mercado de trabalho e o amparo às crianças e aos adolescentes carentes.

Aula de Assistência Social

A LOAS, com redação dada pela Lei n.º 12.435/2011, dispõe que a Assistência Social tem por **objetivos**:

1. A **proteção social**, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

a) A **proteção** à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

b) O **amparo** às crianças e aos adolescentes carentes;

c) A **promoção** da integração ao mercado de trabalho;

d) A **habilitação** e **reabilitação** das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária, e;

e) A garantia de 1 salário mínimo de **benefício mensal** à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

2. A **vigilância socioassistencial**, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos, e;

3. A defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

Certo.

104. A assistência social organiza-se por meio de um conjunto de serviços e programas que são estratificados em ações de proteção social básica, ações de proteção social secundária e ações de proteção social terciária, sendo essa última direcionada para pessoas em situação de violência.

Aula de Assistência Social

Conforme disposições legais, a Assistência Social organiza-se pelos seguintes tipos de proteção:

1. Proteção Social Básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a **prevenir** situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do **fortalecimento** de vínculos familiares e comunitários, e;

2. Proteção Social Especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a **reconstrução** de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.

Errado.

105. O centro de referência de assistência social (CRAS) é uma unidade de base estadual e tem por finalidade atender a população de baixa renda e as pessoas que estejam submetidas ao cumprimento de pena de reclusão.

Aula de Assistência Social

Não confundir!

CRAS é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias.

CREAS é a unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial.

O CRAS tem caráter municipal e não tem correlação nenhuma com o cumprimento de pena de reclusão.

Errado.

Em relação às instâncias deliberativas do SUAS, julgue os itens a seguir à luz da Lei n.º 8.742/1993.

106. O CNAS, instância responsável pela coordenação da PNAS, é presidido alternadamente pelo(a) ministro(a) da previdência social e por um representante eleito da sociedade civil, sendo de dois anos o mandato do seu presidente, permitida a recondução.

Aula de Assistência Social

A LOAS instituiu o **Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)**, órgão **superior** de deliberação colegiada, vinculado à estrutura do órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da **Política Nacional de Assistência Social**, cujos membros, nomeados pelo Presidente da República, têm mandato de

2 anos, **PERMITIDA UMA ÚNICA RECONDUÇÃO POR IGUAL PERÍODO.**

O CNAS é composto por **18 membros** e respectivos suplentes, cujos nomes são indicados ao órgão da Administração Pública Federal, de acordo com os critérios seguintes:

- **9** representantes **governamentais**, incluindo 1 representante dos Estados e 1 dos Municípios, e;

- **9** representantes da **sociedade civil**, dentre representantes dos usuários ou de organizações de usuários, das Entidades e Organizações de Assistência Social (EOAS) e dos trabalhadores do setor, escolhidos em foro próprio sob fiscalização do Ministério Público Federal.

O CNAS é presidido por um de seus integrantes, eleito dentre seus membros, para mandato de 1 ano, permitida uma única recondução por igual período. Além disso, contará com uma Secretaria Executiva, a qual terá sua estrutura disciplinada em ato do Poder Executivo.

Errado.

107. O CNAS tem caráter paritário: metade dos seus membros são representantes governamentais e a outra metade é composta por representantes da sociedade civil.

Aula de Assistência Social

O CNAS é composto por **18 membros** e respectivos suplentes, cujos nomes são indicados ao órgão da Administração Pública Federal, de acordo com os critérios seguintes:

- **9** representantes **governamentais**, incluindo 1 representante dos Estados e 1 dos Municípios, e;

- **9** representantes da **sociedade civil**, dentre representantes dos usuários ou de organizações de usuários, das Entidades e Organizações de Assistência Social (EOAS) e dos trabalhadores do setor, escolhidos em foro próprio sob fiscalização do Ministério Público Federal.

Certo.

108. Compete ao CNAS aprovar a PNAS, assim como convocar, ordinariamente, a cada quatro anos, a conferência nacional de assistência social, que terá a atribuição de avaliar a situação da assistência social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema.

Aula de Assistência Social

Essa foi uma questão extremamente maldosa ao exigir o conhecimento de uma competência do CNAS!

*Para constar, a LOAS ainda traz as competências do **CNAS** e do órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social (**OAPF-PNAS**).*

*Novamente, considero o estudo por meio de quadro esquemático a melhor estratégia, principalmente para o estudo comparado, com intuito de evitar confusão entre o **CNAS** e o **OAPF-PNAS**. Segue outro "quadrinho":*

Competência:	
CNAS:	OAPF-PNAS:
1. Aprovar a Política Nacional de Assistência Social;	1. Coordenar e articular as ações no campo da assistência social;
2. Normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social;	2. Propor ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) a Política Nacional de Assistência Social, suas normas gerais, bem como os critérios de prioridade e de elegibilidade, além de padrões de qualidade na prestação de benefícios, serviços, programas e projetos;
3. Acompanhar e fiscalizar o processo de certificação das Entidades e Organizações de Assistência Social (EOAS) no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS);	3. Prover recursos para o pagamento dos benefícios de prestação continuada definidos nesta lei;

<p>4. Apreciar relatório anual que conterà a relação de EOAS certificadas como beneficentes e encaminhá-lo para conhecimento dos Conselhos de Assistência Social dos Estados, Municípios e do Distrito Federal;</p>	<p>4. Elaborar e encaminhar a proposta orçamentária da assistência social, em conjunto com as demais da Seguridade Social;</p>
<p>5. Zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de assistência social;</p>	<p>5. Propor os critérios de transferência dos recursos de que trata esta lei;</p>
<p>6. A partir da realização da II Conferência Nacional de Assistência Social em 1997, convocar ordinariamente a cada quatro anos a Conferência Nacional de Assistência Social, que terá a atribuição de avaliar a situação da assistência social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema;</p>	<p>6. Proceder à transferência dos recursos destinados à assistência social, na forma prevista nesta lei;</p>
<p>7. Apreciar e aprovar a proposta orçamentária da Assistência Social a ser encaminhada pelo órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social (OAPF-PNAS);</p>	<p>7. Encaminhar à apreciação do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) relatórios trimestrais e anuais de atividades e de realização financeira dos recursos;</p>
<p>8. Aprovar critérios de transferência de recursos para os Estados, Municípios e Distrito Federal, considerando, para tanto, indicadores que informem sua regionalização mais equitativa, tais como: população, renda per capita, mortalidade infantil e concentração de renda, além de disciplinar os procedimentos de repasse de recursos para as entidades e organizações de assistência social, sem prejuízo das disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);</p>	<p>8. Prestar assessoramento técnico aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às entidades e organizações de assistência social;</p>
<p>9. Acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos aprovados;</p>	<p>9. Formular política para a qualificação sistemática e continuada de recursos humanos no campo da assistência social;</p>

<i>10. Estabelecer diretrizes, apreciar e aprovar os programas anuais e plurianuais do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS);</i>	<i>10. Desenvolver estudos e pesquisas para fundamentar as análises de necessidades e formulação de proposições para a área;</i>
<i>11. Indicar o representante do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) junto ao Conselho Nacional da Seguridade Social (CNSS);</i>	<i>11. Coordenar e manter atualizado o sistema de cadastro de entidades e organizações de assistência social, em articulação com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal;</i>
<i>12. Elaborar e aprovar seu regimento interno;</i>	<i>12. Articular-se com os órgãos responsáveis pelas políticas de saúde e previdência social, bem como com os demais responsáveis pelas políticas socioeconômicas setoriais, visando à elevação do patamar mínimo de atendimento às necessidades básicas;</i>
<i>13. Divulgar, no Diário Oficial da União (DOU), todas as suas decisões, bem como as contas do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e os respectivos pareceres emitidos.</i>	<i>13. Expedir os atos normativos necessários à gestão do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS);</i>
	<i>14. Elaborar e submeter ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) os programas anuais e plurianuais de aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).</i>

Certo.

109. Situação hipotética: O CNAS, por decisão da maioria simples de seus membros, aprovou a proposição, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de alteração dos limites de repasse mensal dos benefícios previstos em lei. Assertiva: Nessa situação, a aprovação da proposição ocorreu em conformidade com o que estabelece a Lei n.º 8.742/1993.

Aula de Assistência Social

Essa questão foi extremamente maldosa ao trazer um dos últimos dispositivos da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), presente no capítulo das disposições gerais e transitórias, que assim dispõe:

Art. 39. O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), por decisão da **MAIORIA ABSOLUTA** de seus membros, respeitados o orçamento da seguridade social e a disponibilidade do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), poderá propor ao Poder Executivo a alteração dos limites de renda mensal per capita definidos na LOAS.

Errado.

110. Os conselhos estaduais de assistência social e os conselhos municipais de assistência social, instâncias deliberativas do SUAS, têm caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil.

Aula de Assistência Social

A LOAS define quais são as instâncias deliberativas do SUAS, de caráter permanente e composição paritária entre o Governo e Sociedade Civil, a saber:

1. O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS);
2. Os Conselhos Estaduais de Assistência Social (CEAS);
3. O Conselho de Assistência Social do Distrito Federal (CAS-DF), e;
4. Os Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS).

Certo.

Com base no disposto na Lei n.º 8.213/1991, que trata dos planos de benefícios da previdência social e dá outras providências, julgue os itens seguintes.

111. Compõem o Conselho Nacional de Previdência Social representantes do governo federal e da sociedade civil, a qual é representada por aposentados e pensionistas, trabalhadores em atividade e empregadores.

Aula 02

*O CNPS é um órgão de deliberação democrático, que conta com a participação das 4 classes presentes na CF/1988: **Trabalhadores, Empregadores, Aposentados e Governo**, que debatem e*

deliberam sobre os rumos da Previdência Social e, por consequência, do RGPS.

Quanto a sua composição, o CNPS terá como membros:

1. **6** representantes do **Governo Federal**.
2. **9** representantes da **sociedade civil**, sendo:
 - a) **3** representantes dos **aposentados e pensionistas**.
 - b) **3** representantes dos **trabalhadores em atividade**.
 - c) **3** representantes dos **empregadores**.

Esquemáticamente, os **15 membros do CNPS**, são assim dispostos:

Governo Federal	Sociedade Civil			Total:
	Aposentados	Trabalhadores	Empregadores	
6	3	3	3	15
40%	20%	20%	20%	100%

Certo.

112. Não é considerada doença do trabalho a doença endêmica adquirida por segurado habitante de região em que ela se desenvolva, mesmo que essa doença seja resultante de contato direto determinado pela natureza do trabalho.

Aula 09

Devemos ter cuidado pois algumas **doenças NÃO são classificadas como Doença do Trabalho, logo, também NÃO são equiparadas ao Acidente do Trabalho**, a saber:

- a) A doença degenerativa;
- b) A inerente a grupo etário;
- c) A que não produza incapacidade laborativa, e;

*d) A doença endêmica adquirida por segurado habitante de região em que ela se desenvolva, **SALVO** comprovação de que é resultante de exposição ou contato direto determinado pela natureza do trabalho.*

Observou a palavra "salvo"? Quando **há a comprovação** de que a doença endêmica é resultante da exposição ou de contato direto determinado pela natureza do trabalho, a doença endêmica é considerada doença do trabalho!

Errado.

113. Equipara-se ao acidente do trabalho o acidente sofrido pelo segurado, no local e no horário do trabalho, em consequência de desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior.

Aula 09

*Além do Acidente do Trabalho propriamente dito, a legislação previdenciária traz uma série de causas que são **equiparadas** ao Acidente do Trabalho, a saber:*

4. O acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em consequência de:

a) Ato de **agressão, sabotagem** ou **terrorismo** praticado por terceiro ou companheiro de trabalho;

b) **Ofensa física intencional**, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao trabalho;

c) Ato de **imprudência**, de **negligência** ou de **imperícia** de terceiro ou de companheiro de trabalho;

d) Ato de pessoa privada do uso da razão, e;

e) **Desabamento, inundação, incêndio** e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior.

Certo.

114. Em regra, o período de carência para a concessão do benefício de auxílio doença é de doze contribuições mensais.

Aula 07

Não devemos esquecer dessa tabela:

<i>Benefício</i>	<i>PC</i>
<i>Aposentadoria por Idade</i>	<i>180</i>
<i>Aposentadoria por Tempo de Contribuição</i>	<i>180</i>
<i>Aposentadoria Especial</i>	<i>180</i>
<i>Aposentadoria por Invalidez</i>	<i>12</i>
<i>Auxílio Doença</i>	<i>12</i>
<i>Salário Maternidade (Cont. Indiv., Seg. Especial, Facultativa)</i>	<i>10</i>
<i>Aposentadoria por Invalidez Acidentária</i>	<i>0</i>
<i>Pensão por Morte</i>	<i>0</i>
<i>Auxílio Reclusão</i>	<i>0</i>
<i>Auxílio Doença Acidentário</i>	<i>0</i>
<i>Auxílio Acidente</i>	<i>0</i>
<i>Salário Maternidade (Empregada, Doméstica, Avulsa)</i>	<i>0</i>
<i>Salário Família</i>	<i>0</i>
<i>Reabilitação Profissional</i>	<i>0</i>

Como pode ser observado, em regra, o Auxílio Doença exige uma carência de 12 contribuições mensais. Por sua vez, quando decorrente de acidente, a carência é dispensada.

Certo.

115. Os princípios que regem a previdência social incluem a uniformidade e a equivalência dos benefícios e serviços prestados às populações urbanas e rurais.

Aula 02

Existem os princípios constitucionais da Seguridade Social e os princípios legais da Previdência Social, que são assim resumidos e esquematizados:

<i>Princípios da <u>Previdência Social</u> (Legislação Previdenciária):</i>	<i>Princípios Constitucionais da <u>Seguridade Social</u>:</i>
--	---

1. Universalidade de participação nos planos previdenciários (UPPP).	1. Universalidade da cobertura e do atendimento (UCA).
2. Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais (UEBS).	2. Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais (UEBS).
3. Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios (SDBS).	3. Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços (SDBS).
4. Cálculo dos benefícios considerando-se os salários de contribuição corrigidos monetariamente (BSCC).	4. Equidade na forma de participação no custeio (EFPC).
5. Irredutibilidade do valor dos benefícios, de forma a preservar-lhe o poder aquisitivo (IRRVB).	5. Irredutibilidade do valor dos benefícios (IRRVB).
6. Valor da Renda Mensal dos Benefícios substitutos do salário de contribuição ou do rendimento do trabalho do segurado não inferior ao do salário mínimo (RMBSM).	6. Diversidade da base de financiamento (DBF).
7. Caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do governo nos órgãos colegiados (DDQ).	7. Caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados (DDQ).

Certo.

Com base no disposto no Decreto n.º 3.048/1999, que aprovou o regulamento da previdência social, julgue os itens subsecutivos.

116. Aquele que presta serviço de natureza contínua, mediante remuneração, a pessoa ou família, no âmbito residencial desta, em atividade sem fins lucrativos, é considerado contribuinte individual, segurado obrigatório da previdência social.

Aula 02

Esse enquadramento é do empregado doméstico! A legislação previdenciária delimita da seguinte forma esse enquadramento:

*Pessoa física que presta serviço de natureza **contínua**, mediante remuneração, a pessoa ou família, no **âmbito residencial** desta, em **atividade sem fins lucrativos**.*

Por sua vez, a Lei das Empregadas (Lei Complementar n.º 150/2015) também traz um conceito muito próximo, a saber:

*Art. 1.º Ao empregado doméstico, assim considerado aquele que presta serviços de forma **contínua**, subordinada, onerosa e pessoal e de **finalidade não lucrativa** à pessoa ou à família, no **âmbito residencial** destas, **por mais de 2 dias por semana**, aplica-se o disposto nesta Lei.*

Errado.

117. A dona de casa e o estudante podem filiar-se facultativamente ao RGPS mediante contribuição, desde que não estejam exercendo atividade remunerada que os enquadre como segurados obrigatórios da previdência social.

Aula 02

*É isso aí! A dona de casa e o estudante, que **não estejam exercendo atividade remunerada**, são enquadrados como segurados facultativos perante o RGPS.*

Também entram como segurados facultativos o síndico de condomínio não remunerado, O brasileiro que acompanha cônjuge que presta serviço no exterior, aquele que deixou de ser segurado obrigatório da previdência social, entre outros.

Certo.

118. A universalidade da cobertura e do atendimento inclui-se entre os princípios que regem as ações dos poderes públicos e da sociedade destinadas a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social.

Aula 01

Sem dúvidas, o princípio constitucional da Universalidade da Cobertura e do Atendimento (UCA) rege as ações dos poderes públicos e da sociedade destinadas a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social.

Certo.

Em fevereiro de 2016, Valdemar, que era empregado pelo regime celetista e recebia um salário mínimo de sua empregadora, foi demitido e, 30 dias depois, condenado à pena de prisão em regime fechado. Ele é casado com Idalina, com quem tem dois filhos menores.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens que se seguem, com base nos regramentos previdenciários acerca do auxílio reclusão.

119. Como Valdemar é segurado de baixa renda da previdência social, ele e seus dependentes fazem jus ao recebimento do valor correspondente ao auxílio reclusão, que é de um salário mínimo, a ser rateado entre eles.

Aula 08

*Valdemar é baixa renda, logo, o benefício será devido **somente** aos seus dependentes. O próprio segurado não faz jus ao benefício e, por consequência, não entra no rateio do benefício.*

Errado.

120. Assim que terminar de cumprir a pena, Valdemar deixará de ser segurado da previdência social.

Aula 02

*A legislação previdenciária é clara ao proferir que **mantém a qualidade de segurado, independentemente** de contribuições:*

*4. Até **12 meses** após o livramento, o segurado detido ou recluso.*

O segurado que estava detido ou recluso terá direito a um PG de 12 meses após sua soltura. Esse período pode parecer exagerado na visão de algumas pessoas, mas é um período relativamente curto, pois atualmente é muito complicado um ex-detento conseguir um emprego formal.

Errado.